

REFLETINDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS AO LONGO DA HISTÓRIA

Naianne Ramos Peixoto¹ ; Paulo de Tarso Lopes²

¹ Acadêmica do curso de História.

² Titulação do orientador – Professor Multivix

RESUMO

O Presente artigo apresenta uma discussão acerca do desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino no Brasil. Aborda o contexto inicial que motivou a criação da EJA, como se deu o processo de criação, e etapas pelas quais a modalidade percorreu para alcançar o estado atual nas sociedades brasileiras. Demonstra, além disso, índices de analfabetismo das classes de seu público-alvo em selecionados períodos da história, para realizar uma breve análise acerca da atual necessidade da existência da EJA no país.

Palavras - Chave: Educação; EJA; História; Jovens; Adultos.

INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e adultos tem provocado discussões sobre a desvalorização desta modalidade de ensino, e é marcada por militâncias e lutas para que se conseguisse estabelecer a sua atual situação. Apesar dos vários avanços nas últimas décadas, é notório que muito ainda precisa ser feito para atingir novas perspectivas.

No Brasil do período colonial, época em que a educação da Colônia Brasil era responsabilidade de exclusiva da igreja Católica, especificamente os padres Jesuítas. Completa de histórias de resistência e luta, a EJA sempre enfrentou dificuldades de se tornar uma modalidade de ensino. A adoção de políticas colonizadoras de catequização indígena pelos Jesuítas desempenhou um papel de organização do sistema educacional do Brasil colônia, porém, devido a autonomia, a coroa determinou que se controlasse e diminuísse os espaços de ensino, fator que originou em uma regressão no sistema educativo que afetou diretamente a elite, visto que não existiam outras formas de ensino. (GENTIL,

2005).

Segundo Cunha (1999) a ideia de escolarizar jovens e adultos na década de 1940, deu-se pelo fato de acreditar-se que o analfabetismo gerava marginalização e pobreza. Durante essa época, acreditava-se que adultos analfabetos não eram úteis, política e juridicamente. Com a extinção do Estado Novo e com o advento da democratização do país, se fez necessário aumentar o número de eleitores visto que outrora esses cidadãos não podiam exercer os seus deveres cívicos por não saberem ler e escrever.

Com isso, nas décadas de 1950, cria-se a campanha de educação de jovens e Adultos, na tentativa de se criar eleitos apenas. Porém, esse programa não vingou devido os seus métodos ineficientes, sofrendo várias críticas devido aos resultados negativos que o programa alcançou.

Uma década depois surgem as primeiras ideias de Paulo Freire, considerado então uma referência na Educação de Jovens e Adultos. A partir da aplicação das práticas pedagógicas Paulofreianas, mudanças acontecem no sistema educacional voltado para clientela de jovens e adultos, através de programas de Educação Popular, A Educação Popular é um método de educação que valoriza os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos saberes, articuladas ações políticas em conjunto com movimentos sociais, estudantes, igreja católica e a CNBB. Sobre essas práticas pedagógicas Freire (2001) afirma que:

O Conceito de Alfabetização de jovens e adultos vai se movendo em direção da educação popular na medida em que a realidade começa a fazer alguma exigência à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular (FREIRE, 2001, p. 16)

Neste contexto, as práticas pedagógicas de Freire ganham visibilidade, visto que ele diferencia a alfabetização de jovens e adultos da alfabetização de crianças.

No ano de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização que pretendia atender todo o país utilizando as propostas pedagógicas de Freire. Todavia com o surgimento da ditadura Militar que o país enfrentou, o projeto foi suprimido e substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Programa criado em 1967 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita

e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. Para Sauner (2002):

Uma das causas do fracasso do MOBREAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e do adulto brasileiros está relacionada aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava-se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um “cursinho” de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBREAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram (SAUNER, 2002, p.59).

Fica evidente com isso que ao longo de seu processo histórico, a EJA, como conhecida nos dias de hoje, foi executada como prática social de educação, tanto em espaços formais, como em espaços informais. Porém, é possível notar que o Brasil sempre teve dificuldade de adotar e executar com êxito esta modalidade de ensino, fato recorrente até nos dias de atuais.

As Comunidades Eclesiais de Base obtiveram motivações e influências na sociedade, onde, de acordo com Santos (2006), na década de 80, num momento de transição política no Brasil, foi necessária uma reorganização das estratégias de trabalho dos movimentos sociais e populares, para que suas reivindicações pudessem ser atendidas, visto que o país, há décadas, se encontrava em uma turbulenta situação econômica, com índices de inflação extremamente elevados. A parcela da população menos favorecida era, por sua vez, a classe com a maior quantidade de pessoas, a classe trabalhadora, que se afetava constantemente devido à conjuntura do país e as restrições impostas pelo regime militar.

Devido ao cenário agitado que o contexto de tal época proporcionava, houve uma resposta advinda dos grupos militares da Igreja Católica. Durante a década de 70 deu-se início as primeiras Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), acompanhadas da Teologia da Libertação (TL). Essas campanhas foram fundamentais para o desenvolvimento das sociedades, onde as crises econômicas e políticas se propagavam afetando cada vez mais a camada popular. Tal parcela da população pôde ver nas CEBs e na TL uma forma de vencer o sofrimento cotidiano do país, e um início esperançoso de transformações sociais. A definição das CEBs era dada, de acordo com o Frei Betto, da seguinte maneira:

“São comunidades, porque reúnem pessoas que tem a mesma fé, pertencem à mesma Igreja e moram na mesma região. Motivadas pela Fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na Igreja como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham

com as próprias mãos (classes populares): donas-de-casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana, na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares. Há também comunidades indígenas”.

Nesse sentido, um movimento integrado se inicia, com papel fundamental da Igreja Católica, mas com grande movimentação da população que ansiava pela mudança de seu contexto social, e que se dedicava para que tais objetivos fossem alcançados.

Fato é, que o analfabetismo está presente no Brasil desde o período colonial, ocasionado por diversos fatores que marcam a história da formação e desenvolvimento do país. No entanto, como cita Coleti (2012), o tema começa a se tornar pauta apenas por volta da década de 30, visto que a parcela da população não-letrada, não podia exercer sua função como eleitores, o que afetava os interesses partidários daquele contexto. Tal fator motivou o desenvolvimento de algumas campanhas de intervenção, que pudessem garantir conhecimentos básicos àquele público-alvo, agindo de maneira rápida e efetiva, os capacitando para cumprir seus papéis diante as votações democráticas.

O MOBRAL (movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado no Brasil pelo governo federal em 1967, durante a Ditadura Militar (1964 – 1985), e aprovado pela lei nº 5379. Seu propósito era atender a grande demanda da população: a alfabetização de muitos jovens e adultos. A premissa do MOBRAL e de seus educadores era a de que os jovens e adultos em questão eram pessoas de baixo nível socioeconômico, mas com grandes bagagens culturais, onde era função dos educadores modificar um panorama formado por essas pessoas consideradas tímidas e inseguras. Vale ressaltar que as campanhas criadas anteriores ao MOBRAL vieram a ser erradicadas pelo governo repressor da época, visto que algumas características eram contrárias aos seus interesses, e não poderiam de forma alguma apresentar uma espécie de ameaça naquele contexto.

Nesse cenário, o MOBRAL foi concebido como um programa que agiria ativa e diretamente na educação de jovens e adultos, levando a eles as informações necessárias para que se tornassem capaz de exercer seus papéis na sociedade, excepcionalmente como eleitores, mas como atores responsáveis pelo desenvolvimento das regiões em que se inserem.

A Lei de Diretrizes e Bases apresenta definições sobre a EJA. Regulamenta o

sistema educacional brasileiro, e foi criada a partir de princípios da Constituição Federal para reafirmar o direito à educação, seja ela no nível básico ou superior, pública ou privada.

A Educação de Jovens e Adultos é de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96, a modalidade de ensino voltada para atender os sujeitos que não puderam concluir sua escolarização básica (que compreende o Ensino Fundamental e Ensino Médio) por questões socioeconômicas, culturais, familiares ou qualquer outra motivação. O artigo 37 defende que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.” (BRASIL, 1996).

Com a criação da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (CNEJA) pelo Ministério da Educação em 1996 que visava coeditar e distribuir propostas para EJA. Com sugestões vindas das comissões regionais, fruto de debate e seminários se chegou à conclusão da construção do documento, denominado como “a Proposta Curricular para o 1º Segmento do Ensino Fundamental 1 para Jovens e Adultos em 1997” (BRASIL, 1996).

Este documento tinha como proposta abordar sobre a elaboração do currículo em base nacional, que incluía planejamento e avaliação. Como discorre Silva:

A justificativa para o estabelecimento de um currículo nacional, visando à preservação da unidade nacional, é uma falácia, pois a prática vem mostrando uma série de problemas, como o acirramento das diferenças relativas ao desempenho escolar, devido às questões referentes à classe, ao gênero e à raça, reforçando-se, assim, tanto conhecimentos oriundos da cultura dominante, quanto às desigualdades socioculturais. (1996, apud OLIVEIRA, 2000, p. 5)

Neste sentido, as propostas curriculares para Educação de Jovens e Adultos, precisam ser pensadas como instrumento de organização e apoio, propondo a construção de um currículo voltado para realidade e necessidade sociais das regiões onde se aplicariam.

Assegurada pela LDB, a EJA é hoje uma janela que se abre para indivíduos que pretendem se escolarizar a fim de melhor se qualificarem para o mercado de trabalho, bem como combate ao analfabetismo.

Embora haja avanços nas garantias e legais para oferta dessa modalidade de ensino, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2008, p.12),

os jovens com idade entre 18 e 24 anos apresenta o maior número pessoas atrasadas no ano escolar assim como maior índice de evasão escolar.

Diante destes números o poder público se vê forçado a adequar os jovens evadidos através de programas sociais, a fim de criar condições de inserção desses jovens no mercado de trabalho. Porém, na ânsia de solucionar o problema de maneira superficial através de terceirização de postos de trabalho e ignorando a profissionalização do indivíduo, o estado adota métodos que muitos estudiosos e teóricos da sociologia consideram como precarização do trabalho e desqualificação da mão de obra (Cf. ANTUNES, 2000; ALVES, 2000).

Nas últimas décadas contrarias a essas iniciativas, decorriam programas de escolarização e qualificação de jovens e adultos com objetivos de inseri-los de maneira digna ao mercado de trabalho.

Inicialmente tida apenas como uma modalidade de educação compensatória (Esta visão está ligada à concepção do ensino supletivo, isto é, a reposição de estudos não realizados na infância e na adolescência), nos últimos anos, tem evoluído significativamente, o que mostra que antigos paradigmas como idade, tem sido ultrapassado e que a sociedade tem percebido a importância da EJA no combate ao analfabetismo e a profissionalização dos indivíduos.

Diante disso é fundamental que a EJA ocupe dimensões políticas, visto que a politização é fundamental na construção de uma sociedade diferente. Uma vez que a consciência política possibilita a compressão da realidade sociopolítica e econômica indicando assim o melhor caminho a ser seguido para construção de uma sociedade melhor Arroyo (2000).

METODOLOGIA

Todo o escopo do projeto foi desenvolvido através de pesquisas bibliográficas que proporcionaram uma fundamentação teórica e levantaram os questionamentos acerca do tema desenvolvido, para que fosse possível, através do projeto, acrescentar no meio acadêmico uma fonte de pesquisa que explicasse a trajetória pela qual a EJA foi formada e se mantém até os dias atuais. É de extrema importância compreender os motivos por trás do surgimento dessa modalidade de ensino, para que se compreenda o estágio em que as sociedades brasileiras se

encontram atualmente, e como se deu o desenvolvimento do país até os dias de hoje. Por se tratar de um artigo que apresenta uma perspectiva histórica da modalidade de ensino de educação de jovens e adultos, buscou-se utilizar fontes de informações confiáveis, que apresentassem dados precisos, para que fosse possível alcançar os resultados desejados, e corroborar com as discussões presentes no meio científico acerca dos assuntos abordados no texto.

O ANALFABETISMO NA ATUALIDADE: UM REFLEXO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL.

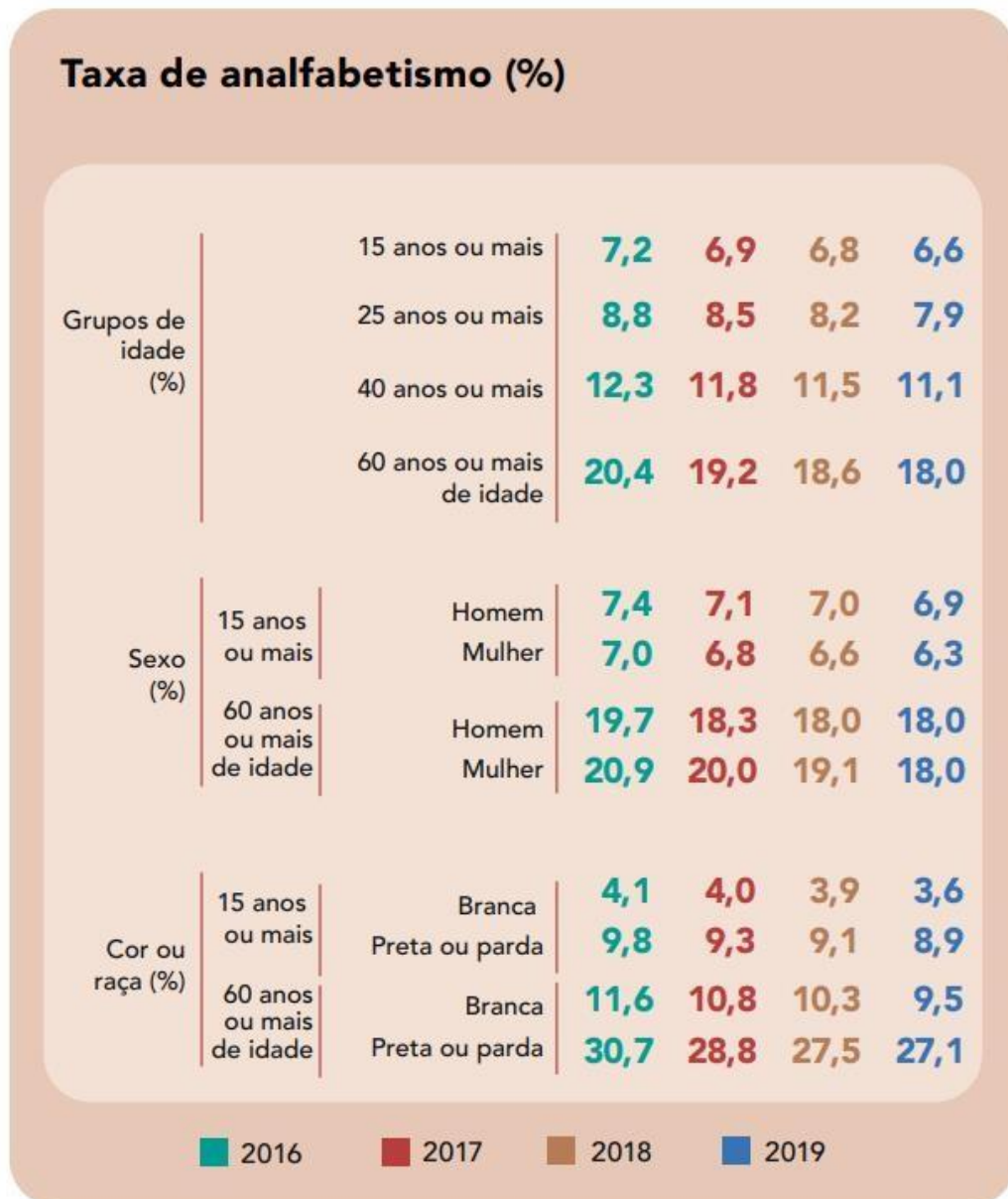
Ainda nas décadas atuais, o analfabetismo se faz presente nas sociedades brasileiras. Dados recentes apontam que, em 2019, 11 milhões de pessoas com idades a partir de 15 anos ainda não eram alfabetizadas, o que representa 6,6% na taxa de analfabetismo. No entanto, dos 11 milhões de pessoas analfabetas no país em 2019, aproximadamente 6 milhões possuíam idade igual ou superior aos 60 anos, equivalendo a uma taxa de 18% de analfabetismo. Tal fator demonstra que o analfabetismo atualmente impacta sobretudo na parcela da população de idade mais avançada. O gráfico da figura 1 apresenta um comparativo das taxas anuais de analfabetismo entre os anos de 2016 e 2019, tal como as faixas etárias entre 15 e 60 anos ou mais de idade, o sexo das pessoas e sua cor ou raça.

Nos dados do ano de 2019, é possível observar uma leve diferença entre os níveis de analfabetismo quando os sexos das pessoas foram analisados isoladamente. O índice obtido na análise do grupo das mulheres foi de 6,3%, ao passo que a análise do grupo masculino apontou o valor de 6,9%. Ao comparar ambos os índices com o ano anterior, de 2018, pode-se observar uma diminuição das taxas, onde, no grupo feminino, reduziu em 0,3%, e no grupo masculino, 0,1%. Na faixa etária avançada, das pessoas com 60 anos ou mais, as taxas foram iguais no ano de 2019, de 18% para os dois grupos, ao passo que, esse valor foi quase três vezes maior que o valor obtido a partir do grupo de pessoas de 15 anos ou mais.

A análise de cor ou raça apresentada na pesquisa do IBGE chama atenção por apresentar uma grande diferença entre as pessoas brancas, pretas ou pardas. Em 2019 a taxa de pessoas brancas analfabetas com 15 anos ou mais era de 3,6%, o que se diferencia grandemente do grupo de pessoas pretas ou pardas da mesma

faixa etária não alfabetizadas, com o valor de 8,9%, o que significa uma diferença de 5,3%. Essa grande diferença também se demonstra no grupo etário de 60 anos ou mais, com a taxa de 9,5% de analfabetismo para as pessoas de cor branca, e a taxa de 27,1% para as pessoas pretas ou pardas, o que representa uma diferença de 17,6%, ainda no ano de 2019.

Figura 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil (2016-2019).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019.

É possível notar uma diminuição nos índices de analfabetismo no Brasil neste período de quatro anos, em todos os grupos analisados. Portanto, para os anos futuros, é necessário manter o estímulo sobre a aplicação da EJA nas escolas brasileiras, e que essa possa atender as demandas de acordo com o nível de cada região do país, para que as taxas de analfabetismo se mantenham em queda, a ponto de proporcionar o maior desenvolvimento para as pessoas impactadas por essa modalidade da educação e para as comunidades as quais elas se inserem.

RESULTADOS

Pôde-se obter, com a síntese da pesquisa, um conhecimento geral acerca da educação de jovens e adultos como modalidade de ensino. O entendimento sobre como se deu o seu processo inicial e as motivações pelas quais ela foi implantada no Brasil, obtido através da compreensão do contexto histórico em que as civilizações brasileiras se encontravam naquele período da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÕES

A partir dos estudos realizados no artigo, pôde-se obter conhecimentos sobre como se deu o processo de criação e iniciação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no sistema educacional brasileiro, que se faz presente até os dias atuais. Entender o contexto histórico em que as sociedades em desenvolvimento se inseriam é de extrema importância para se obter um olhar de completo entendimento sobre a EJA e as necessidades de sua existência, não somente para os alunos que desfrutam dela para cumprir seus estudos pendentes, mas para toda a sociedade ao qual eles se inserem, principalmente às que se encontram em seu entorno imediato, seja dentro de seus lares, com suas famílias, ou em sua vizinhança. Alcançaram-se os objetivos principais deste projeto, que desde o princípio, eram obter uma base teórica acerca da criação da EJA, e como ela tem se desdobrado desde então. Além de analisar os impactos no âmbito do analfabetismo já proporcionados por ela no Brasil, até onde indicam os dados mais recentes obtidos, para que fosse possível observar a eficácia desta modalidade aplicada ao sistema educacional brasileiro. Por fim, o artigo se conclui com uma expectativa para os anos futuros, onde, se mantidos os estímulos na promoção da EJA nas escolas, de forma eficaz, acarretará em uma diminuição ainda

mais significativa nos índices de analfabetismo, ao ponto que tal modalidade de ensino, com o objetivo de alfabetizar o público de jovens e adultos possa se tornar obsoleta.

REFERÊNCIAS

Gentil, V. K. (2005). EJA: contexto histórico e desafios da formação docente. UNICRUZ-Universidade de Cruz Alta.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução - discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC, Salto para o futuro - Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 19ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SAUNER, Nelita F.M. Alfabetização de Adultos. Curitiba: 1. ed. Juruá, 2002.

COLETI, Laura Maria Baron. Do MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) aos Programas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) atuais: evolução ou manutenção das práticas pedagógicas. Marília: UNESP, 2012.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. LUTA E PERSPECTIVAS DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: O caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000. Departamento de História: Universidade de São Paulo, 2006.

Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

OLIVEIRA, M.A. M. Parâmetros Curriculares Nacionais: uma análise crítica. Caxambu: ANPED, 2000.

ARROYO, Miguel Gonzales. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2000